

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE 2019.

Requer sejam convidados os senhores **Roberto da Cunha Castello Branco**, Presidente da Petrobras, o Almirante de Esquadra **Ilques Barbosa Junior**, Comandante da Marinha do Brasil e o **Eduardo Fortunato Bim**, Presidente do Ibama, para prestar esclarecimentos acerca do tema “Investigação dos derramamentos de petróleo que atingiram o litoral do Nordeste.”

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta comissão, sejam convidados os senhores Roberto da Cunha Castello Branco, Presidente da Petrobras, o Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior, Comandante da Marinha do Brasil e o Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Ibama, para prestar esclarecimentos acerca do tema “Investigação dos derramamentos de petróleo que atingiram o litoral do Nordeste”.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos dias, uma gigantesca mancha de petróleo de origem ainda desconhecida atingiu 132 praias da região Nordeste do Brasil. Os resíduos de petróleo já foram encontrados em todos os Estados nordestinos: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O petróleo cru foi identificado em uma faixa de mais de 2 mil quilômetros da costa brasileira.

As ações adotadas pelo governo federal para enfrentar a situação foram demoradas e, em parte, suas conclusões são mantidas em total sigilo. A Marinha do Brasil e a Petrobrás, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, está conduzindo estudos e análises sobre a origem do petróleo derramado no oceano, porém essas informações ainda estão sendo mantidas "sob segredo", muito embora a vida e a saúde da população local esteja em risco. A Petrobrás se limita a informar que não se trata de material processado ou comercializado pela empresa. A Marinha ainda classificou o fato como "inédito".

Na verdade, a ocorrência que poluiu praias nos Estados do Nordeste já é o maior episódio, em termos de extensão, de vazamento de óleo que atingiu a região. Segundo especialistas, pode levar de 10 a 20 anos para que todo o resíduo seja eliminado das praias e do oceano. Depois de mais de 30 dias do surgimento do óleo poluidor, que atingiu mais de 2 mil quilômetros de praias, o governo Bolsonaro recém iniciou uma investigação para apurar os responsáveis por esse crime ambiental, que pode comprometer a fauna marítima da região e impactar seriamente o turismo da região, com consequências catastróficas para a economia local.

Por outro lado, o governo Bolsonaro manifestou recentemente sua intenção de licitar sete blocos de petróleo situados no litoral baiano, em área próxima ao Parque Nacional Marinho de Abrolhos, uma das regiões de maior biodiversidade do Oceano Atlântico, simplesmente ignorando as recomendações das equipes técnicas do Ibama contrárias ao leilão, feitas pela equipe do próprio órgão de fiscalização ambiental, justamente em virtude dos riscos de vazamento e suas consequências ambientais na região.

Portanto, é evidente que esse Parlamento deve promover um amplo debate sobre as ações que o governo federal está realizando para esclarecer o episódio, além do relato sobre a adoção de medidas protetivas à população local e ao meio ambiente do litoral nordestino. Por essas razões, apresentamos o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de outubro de 2019.

Deputado Paulão
PT / AL